

9m  
10-12/9/99 A-8  
25

■ NACIONAL

# Especialista critica ação oficial contra queimadas

Adriana Moreira, do Ipam, afirma que as medidas são sempre emergenciais e denuncia a falta de um programa preventivo coerente

Ismar Cardona  
de Brasília

A reação do governo às queimadas na Amazônia acontece de forma espasmódica. Quando o fogo atinge níveis alarmantes, como ocorreu em Roraima no ano passado, as autoridades se mexem e anunciam providências. Acabada a fase de comoção nacional, os planos são discretamente desativados ou se arrastam.

O Programa de Prevenção e Controle das Queimadas e dos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento

(Proarco), que compreende a região que vai do Amapá ao Acre, foi concebido como um projeto emergencial para ser implantado em julho, agosto, setembro e outubro

do ano passado, na esteira do incêndio de Roraima. Apesar de ter sido anunciado oficialmente pelo presidente da República e de todo o impacto nacional e internacional causado pelo fogo, o programa só foi aprovado pelo Senado na semana passada.

"E não foi por falha do Legislativo, já que o tema tramitou no Congresso em regime de urgência. A demora foi consequência da burocracia do Ibama, da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e do Banco Mundial", critica Adriana Moreira, presidente do Insti-

tuto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). O Proarco prevê US\$ 15 milhões para ações de prevenção contra o fogo na região.

Não são só os grandes fazendeiros os maiores responsáveis pelo desmatamento e pelo fogo na Amazônia. Entre 1997 a 1998 foram assentadas pelo Incra 166 mil famílias na região. Se levarmos em conta que cada família pode desmatar até três hectares por ano, é possível concluir que os assentados podem ter desmatado cerca de 500 mil hectares no período. Segundo Adriana, o fogo de Roraima foi obra de uma conjunção perversa entre práticas agrícolas predatórias e os efeitos do "El Niño".

**Em situações como a atual, o Brasil é responsável por cerca de 10% de toda a emissão de monóxido de carbono no mundo**

Desde 1978, a média anual de desmatamento na Amazônia brasileira é de 19 mil quilômetros quadrados. Entre 1990 e 1993 ocorreu uma pequena redução, seguida de um aumento súbito entre 1994 e 1995, provocado certamente pela violenta queda nos preços da terra após o início do Plano Real. No final de 1996, segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Aeroespacial (Inpe), cerca de 517 mil km de florestas tinham sido desmatados e queimados, o equivalente a 13% da área total. Da área desmatada hoje, 82% estão localizadas em três estados, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Os desmatamentos ocorrem a menos de

25 km de áreas já desmatadas antes de 1978 e 73% acontecem a menos de 50 km de rodovias.

Adriana lembra que a sociedade não se dá conta de que a Amazônia é fundamental no balanço climático e hídrico da América Latina. "A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas sua importância maior está ligada ao balanço hídrico". "O que o desmatamento implica em termos de custos de produção? Infelizmente isso não é medido pelo PIB".

Para ela, é necessário um choque cultural na sociedade em geral, autoridades e produtores rurais para que se conscientizem de que os serviços prestados pela floresta são muito mais valiosos do que os obtidos via desmatamento. "O grave é que a discussão ainda não chegou à cabeça de nossos planejadores". O número é raramente citado, mas o Brasil, em situações de fogo, como a que estamos vivendo agora, passa a ser responsável por 10% da emissão de monóxido de carbono no mundo.

Por trás dos incêndios está o modelo

historicamente extensivo que sempre acompanhou a ampliação da fronteira agrícola no País. Para se ter uma idéia, todos os anos, na Amazônia, cerca de 600 mil famílias carentes cortam e queimam de um a três hectares de floresta

por ano para plantar mandioca, arroz, feijão e milho. São lavouras de subsistência ou para venda nos mercados locais. O rendimento dessas lavouras geralmente declina entre um e três anos depois da derrubada da floresta, obrigando os agricultores a partirem para novas áreas.

"Os brasileiros precisam se conscientizar que a Amazônia é a última e maior reserva de madeira tropical do mundo. É preciso saber tirar vantagem disso, sem destruir a floresta", afirmou.

E não foi por falta de aviso que o governo deixou de tomar providências para evitar tragédias como a do ano passado em Roraima. "Desde 1996 alertamos as autoridades", diz Adriana. "Vivemos em estado de emergência crônica provocado pelos incêndios na Amazônia", adverte.

## Desmatamento

- Desde 1978, 19.000 km<sup>2</sup> são desmatados por ano na Amazônia
- No final de 1996, cerca de 517.000 km<sup>2</sup> já tinham sido desmatados na Amazônia, o equivalente a 13% da região Amazônica
- Da área desmatada, 82% está localizada em Mato Grosso, Pará e Rondônia
- O Brasil possui 30% das áreas de floresta do mundo
- 600 mil famílias carentes desmatam na Amazônia cerca de 3 ha por ano

Fontes: Inpe e Ipam

Segundo ela, é necessário acabar com a emergência anunciada, que acontece todos os anos, com hora marcada, na estação seca. "Precisamos agir de forma preventiva". Ela quer dizer que as ações de prevenção para o próximo ano devem começar agora, logo depois do início das chuvas.

Para reverter o quadro de destruição, Adriana sugere ações de ordem econômica, como é o caso de taxas de poluição, taxas de uso, licenças negociáveis e reforma de subsídios ambientalmente "perversos". Ela lembra que os programas de crédito rural na Amazônia não contam com nenhum incentivo para prevenção e controle de queimadas.

Ela propõe que o Fundo Constitucional do Norte (FNO), o Programa de Apoio à Reforma Agrária (Procera) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) passem a incluir crédito de custeio e investimento para financiar técnicas e equipamentos de prevenção e combate ao fogo. Propõe também a proibição do uso de fogo nos projetos agropecuários financiados com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e a isenção de ICMS e IPI na compra de equipamentos e criação de brigadas de combate a incêndios. Ela

considera um avanço o governo ter corrigido, no início de 1998, uma distorção do Imposto Territorial Rural, que considerava improdutivo as áreas de floresta, o que estimulava o desmatamento.

A política de reforma agrária, aliás, é apontada por muitos ambientalistas como pouco sensível à preservação do meio ambiente na Amazônia. Relatório elaborado no ano passado pelo então presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Gilney Vianna, considerou os assentamentos responsáveis por boa parte do desmatamento irracional da floresta. Cerca de 80% dos assentamentos do Incra es-

**Na Amazônia, 600 mil famílias carentes derrubam e queimam de um a três hectares de florestas por ano para a lavoura**

tão localizados na Amazônia. Ontem, Adriana e mais dois pesquisadores do Ipam e do Centro de Pesquisa Woods Hoje (WHRC), Daniel C. Nepstad e Ane A. Alencar, lançaram o livro "A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia", apontado por especialistas como o mais completo estudo sobre as causas sociais e econômicas dos incêndios, tipos de fogo e recomendações para superar esse quadro. O livro é patrocinado pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais PPG-7 e Banco Mundial.